



PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

**Aquisição de serviços de Condomínios de Aldeia: Tâmega e Sousa |
Transformação da paisagem
Concurso Público Internacional**

N.º 04/C08-I01.01/2023 Condomínio de Aldeia: Programa Integrado de Apoio às Aldeias Localizadas
em Territórios de Floresta

Investimento “RE-C08-i01: Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis” (PRR)

CPV77200000 – 2 Serviços Florestais

Penafiel, outubro de 2024

ÍNDICE

Artigo 1.º – Identificação e objeto do concurso.....	3
Artigo 2.º – Entidade adjudicante	3
Artigo 3.º – Decisão de contratar	3
Artigo 4.º – Plataforma eletrónica	3
Artigo 5.º – Consulta e fornecimento das peças de procedimento	3
Artigo 6.º – Esclarecimento e retificações	4
Artigo 7.º – Proposta e seus elementos	5
Artigo 8.º – Modo de apresentação das propostas.....	5
Artigo 9.º – Documentos da proposta.....	6
Artigo 10.º – Acesso às propostas dos outros concorrentes e confidencialidade	7
Artigo 11.º – Propostas variantes e negociação.....	7
Artigo 12.º – Prazo para apresentação das propostas	8
Artigo 13.º – Prazo de manutenção das propostas.....	8
Artigo 14.º – Preço base	8
Artigo 15.º – Preço anormalmente baixo.....	9
Artigo 16.º – Critério de adjudicação	10
Artigo 17.º – Análise das propostas e relatório preliminar	11
Artigo 18.º – Audiência prévia.....	12
Artigo 19.º – Relatório final.....	12
Artigo 20.º – Adjudicação	12
Artigo 21.º – Notificação da decisão de adjudicação	12
Artigo 22.º – Causas de não adjudicação	12
Artigo 23.º – Documentos de habilitação	13
Artigo 24.º – Caducidade da adjudicação.....	13
Artigo 25.º – Redução a escrito do contrato	13
Artigo 26.º – Aprovação e notificação da minuta do contrato	14
Artigo 27.º – Formalização do contrato	14
Artigo 28.º – Encargos dos concorrentes e do adjudicatário.....	14
Artigo 29.º – Assinatura eletrónica	14
Artigo 30.º – Sigilo	15
Artigo 31.º – Legislação aplicável	15
Artigo 32.º – Contagem dos prazos.....	15

Artigo 1.º – Identificação e objeto do concurso

1. O presente procedimento tem por objeto a aquisição de serviços “Condomínios de Aldeia: Tâmega e Sousa | Transformação da paisagem” (cf. Anexo IV).
2. O presente procedimento segue a tramitação do concurso público com publicidade no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos dos artigos 130.º a 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Artigo 2.º – Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa (CIM do Tâmega e Sousa), com sede na Avenida José Júlio, 42, 4560-547 Penafiel.

Artigo 3.º – Decisão de contratar

A decisão de contratar que deu início ao procedimento foi tomada em 24 de setembro 2024, por deliberação do Conselho Intermunicipal.

Artigo 4.º – Plataforma eletrónica

1. O procedimento decorre integralmente na plataforma eletrónica de contratação pública Acingov, e a participação no concurso depende de prévia inscrição na mesma, disponível no endereço www.acingov.pt.
2. Todos os documentos carregados na plataforma eletrónica devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
3. O acesso à plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta, o download das peças do procedimento, e apresentar propostas, para além dos demais atos previstos na lei.

Artigo 5.º – Consulta e fornecimento das peças de procedimento

1. As peças do presente procedimento são o programa de procedimento, o caderno de encargos e o anúncio.
2. As peças do procedimento serão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública identificada no artigo anterior, desde o dia da publicação do Anúncio no Diário da República e até ao termo do prazo para a apresentação de propostas.

3. Os potenciais interessados no procedimento apenas adquirem essa posição, nomeadamente para efeitos de comunicações e notificações relativas à fase de formação do contrato, após terem efetuado o respetivo registo na plataforma eletrónica.

Artigo 6.º – Esclarecimento e retificações

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do Júri do procedimento, devendo os mesmos ser solicitados, por escrito, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica identificada no artigo 4.º.
2. Os esclarecimentos são prestados, por escrito, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação de erros e omissões das peças do procedimento, nos termos e no prazo previsto no número anterior.
4. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores são disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação identificada no artigo 4.º e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, fazendo parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
5. Quando as retificações ou esclarecimentos sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas é prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
6. Sem prejuízo do referido no número anterior quando as retificações referidas, independentemente do momento da sua comunicação, ou a aceitação de erros e omissões do caderno de encargos, nos termos do disposto no artigo seguinte, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas é prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros e omissões.
7. A pedido fundamentado de qualquer interessado, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.
8. As decisões de prorrogação nos termos do disposto nos números anteriores cabem ao órgão competente para a decisão de contratar, devendo ser juntas às peças do

procedimento e notificadas a todos os interessados, publicando-se imediatamente aviso daquelas decisões.

9. Em casos devidamente fundamentados, poderá o júri praticar os atos que se refere o presente artigo, devendo os mesmos ser objeto de ratificação pelo órgão competente para a decisão de contratar.

Artigo 7.º – Proposta e seus elementos

1. A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. Na proposta os concorrentes devem indicar todos os elementos solicitados, devendo para o efeito considerar todas as condições e informações constantes do presente programa de procedimento, caderno de encargos e demais documentos anexos.
3. A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou seus representantes legais que, nesse caso, deverão apresentar um documento oficial que lhes confira tais poderes.

Artigo 8.º – Modo de apresentação das propostas

1. A proposta, assim como todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios ou dos seus representantes legais, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
2. Nos documentos eletrónicos com ficheiros compactados em formato .zip.*, ou equivalente, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem, assegurando-lhes nos termos da lei a força probatória de documento particular assinado, sob pena de causa de exclusão da proposta nos termos do artigo 146.º do CCP.
3. No caso em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter na plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.
4. Nos termos do disposto nos artigos 68.º a 70.º da Lei n.º 96/2015, cabe ao concorrente codificar a proposta, apresentando a sua identificação, bem como, preencher o formulário principal.
5. Quando algum documento se encontre disponível na internet, o concorrente pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade contratante o

endereço do sítio onde aquele pode ser consultado, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constante estejam redigidos em língua portuguesa.

6. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os membros ou respetivos representantes.
7. Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade dos documentos que constituem a proposta, apresentados diretamente na plataforma eletrónica, pode a entidade contratante exigir ao concorrente a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada.
8. O preço da proposta será expresso em Euros, por extenso e algarismos, e não incluirá IVA. Em caso de divergência, prevalece o preço indicado por extenso.
9. Não é admissível a apresentação de propostas variantes e as propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

Artigo 9.º – Documentos da proposta

1. Sob pena de exclusão, a proposta, na definição que lhe é dada pelo artigo 56.º do CCP, deve ser constituída, de forma autónoma para cada lote, pelos seguintes documentos:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública com os pontos I a III devidamente preenchidos de acordo com as instruções do Anexo I do Regulamento de Execução (UE) 2016/7, da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, e conforme modelo constante do Anexo V ao presente programa de procedimento, o qual deverá ser preenchido, exportado no formato .pdf e assinado tal como os restantes documentos, devendo ser igualmente submetido na plataforma eletrónica. Na hipótese de apresentação em agrupamento, deve ser apresentado um Documento Europeu Único de Contratação Pública distinto que contenha as informações exigidas nas partes II e III do seu formulário, conforme instruções do Anexo I do Regulamento de Execução (UE) 2016/7, da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, relativamente a cada um dos operadores económicos participantes no referido agrupamento;

- b) Proposta de preço global, por lote, e preço por condomínio elaborada com a indicação lote a que concorre, expresso em numerário e por extenso, que terá de ser inferior ao(s) preço(s) base(s) definido no artigo 14.º do presente programa de procedimento, sob pena de exclusão da proposta (cf. Anexo III).
- c) Modelo de declaração de aceitação de arbitragem institucionalizada, de acordo com o modelo constante do Anexo II ao presente programa de procedimento;
- d) Outros documentos que o concorrente considere indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP;
- e) No caso de o candidato ser constituído por um agrupamento de empresas, declaração assinada pelos respetivos representantes da intenção de constituição de agrupamento, indicando a figura jurídica a adotar;
- f) Certidão permanente, se aplicável.

2. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, com exceção da documentação técnica dos bens a fornecer (certificados e referências e similares) que poderão ser apresentados, excecionalmente, em língua estrangeira.

Artigo 10.º – Acesso às propostas dos outros concorrentes e confidencialidade

1. Por motivos de segredo comercial, industrial, ou outro legalmente atendível, os concorrentes podem requerer, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, a classificação, nos termos da lei, de documentos que constituem a proposta, para efeitos da restrição ou da limitação do acesso aos mesmos na medida do estritamente necessário.
2. A decisão sobre a classificação de documentos que constituem a proposta deve ser notificada aos interessados, pelo Júri, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, aplicando-se os demais termos previstos no artigo 66.º do CCP.

Artigo 11.º – Propostas variantes e negociação

Não é admissível a apresentação de propostas variantes e as propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

Artigo 12.º – Prazo para apresentação das propostas

1. As propostas e os documentos que as acompanham devem ser apresentados diretamente pelos concorrentes ou seus representantes, através da plataforma eletrónica, até às 17h00 do 30.º (trigésimo) dia contado da data do envio do anúncio para publicação.
2. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
3. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas e documentos que as acompanham, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à Internet de que dispõem, uma vez que todo esse processo só será permitido até à hora referida no n.º 1 do presente artigo.
4. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado devem retirá-las sempre que pretendam apresentar nova proposta dentro daquele prazo.

Artigo 13.º – Prazo de manutenção das propostas

Os concorrentes obrigam-se a manter as suas propostas durante o prazo mínimo de 90 (noventa) dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 14.º – Preço base

1. O preço base para efeitos do presente procedimento é 320 553,58€ (trezentos e vinte mil quinhentos e cinquenta e três euros), enquanto montante máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.
2. O valor base está desagregado, por Lotes, que correspondem a valores máximos por Condomínio da Aldeia, da seguinte forma:
 - a. **Lote 1 – Baião.** O valor do lote é 107 532,66€ (cento e sete mil quinhentos e trinta e dois euros e sessenta e seis cêntimos), sendo desagregado da seguinte forma:
 - i. Aquisição de serviços para execução do projeto “Condomínio de Aldeia de Lameirão” - 44 176,33€ (quarenta e quatro mil cento e setenta e seis euros e trinta e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
 - ii. Aquisição de serviços para execução do projeto “Condomínio de Aldeia de Almofrela” - 21 571,84€ (vinte e um mil quinhentos e setenta e um euros e oitenta e quatro cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

- iii. Aquisição de serviços para execução do projeto “Condomínio de Aldeia de Calvos” - 41 784,49€ (quarenta e um mil setecentos e oitenta e quatro mil e quarenta e nove centimos), acrescido de quarenta e nove centimos) IVA à taxa legal em vigor.

b. Lote 2 – Cinfães. O valor do lote é 88 818,00€ (oitenta e oito mil oitocentos e dezoito euros), sendo desagregado da seguinte forma:

- i. Aquisição de serviços para execução do projeto “Condomínio de Aldeia de Marcelim” – 19 378,94€ (dezanove mil trezentos e setenta e oito euros e noventa e quatro centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
- ii. Aquisição de serviços para execução do projeto “Condomínio de Aldeia de Aveloso” - 6 573,78€ (seis mil quinhentos e setenta e três euros e setenta e oito centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
- iii. Aquisição de serviços para execução do projeto “Condomínio de Aldeia de Meridãos” - 11 534,67€ (onze mil quinhentos e trinta e quatro euros e sessenta e sete centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
- iv. Aquisição de serviços para execução do projeto “Condomínio de Aldeia de Sá” - 12 326,16€ (doze mil trezentos e vinte e seis euros e dezasseis centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
- v. Aquisição de serviços para execução do projeto “Condomínio de Aldeia de Paradela” - 39 004,45€ (trinta e nove mil quatro euros e quarenta e cinco centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

c. Lote 3 – Marco de Canaveses. O valor do lote é 27 451,72€ (vinte e sete mil quatrocentos e cinquenta e um euros e setenta e dois centimos), sendo desagregado da seguinte forma:

- i. Aquisição de serviços para execução do projeto “Condomínio de Aldeia de Senradelas” – 27 451,72€ (vinte e sete mil quatrocentos e cinquenta e um euros e setenta e dois centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

d. Lote 4 – Resende. O valor do lote é 96 751,20€, sendo desagregado da seguinte forma:

- i. Aquisição de serviços para execução do projeto “Condomínio de Aldeia de Fazamões” - 21 323,99€ (vinte e um mil trezentos e vinte e três euros e noventa e nove centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

- ii. Aquisição de serviços para execução do projeto “Condomínio de Aldeia de Beirós” - 17 301,77€ (dezassete mil trezentos e um euros e setenta e sete cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
- iii. Aquisição de serviços para execução do projeto “Condomínio de Aldeia de Panchorrinha” - 20 931,10€ (vinte mil novecentos e trinta e um euros e dez cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
- iv. Aquisição de serviços para execução do projeto “Condomínio de Aldeia de Mariares” - 20 965,23€ (vinte mil novecentos e sessenta e cinco euros e vinte e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
- v. Aquisição de serviços para execução do projeto “Condomínio de Aldeia de Talhada” - 16 229,11€ (dezasseis mil duzentos e vinte e nove euros e onze cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Artigo 15.º – Preço anormalmente baixo

A entidade adjudicante opta por não definir qualquer limiar para determinação automática do preço anormalmente baixo, reservando-se para depois de conhecer o conteúdo da proposta, se pronunciar, na circunstância da mesma apresentar um preço anormalmente baixo, caso em que será solicitado ao concorrente os esclarecimentos relativos aos elementos constitutivos do preço proposto e considerados relevantes.

Artigo 16.º – Critério de adjudicação

- 1. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, sendo o critério de avaliação o preço.
- 2. Em caso de empate, será seguido o critério abaixo indicado:
 - a) Sorteio entre as propostas relativamente às quais se verifica o empate, nos seguintes moldes:
 - i. O Júri notifica os concorrentes que apresentaram as propostas submetidas ao sorteio com uma antecedência mínima de três dias, da data, da hora e do local da sua realização;
 - ii. A cada concorrente é atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes;
 - iii. Numa urna são introduzidas as bolas com os números respetivos, procedendo-se seguidamente à sua extração pelo Presidente do Júri, ou nas suas faltas e impedimentos pelo 1.º vogal efetivo;

- iv. A ordenação das propostas objeto do sorteio é efetuada de acordo com a ordem da extração efetuada.

Artigo 17.º – Análise das propostas e relatório preliminar

1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar de análise das propostas.
2. No relatório a que se refere o número anterior, o júri deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas:
 - a) Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
 - b) Que sejam apresentados por concorrentes em violação do disposto no n.º 2 do artigo 54.º do CCP;
 - c) Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP, sem prejuízo do disposto no artigo 55.º-A do mesmo código;
 - d) Que não sejam constituídas por todos os documentos e elementos exigidos nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 57.º do CCP e no artigo 11.º do presente programa de procedimento;
 - e) Que não cumpram o disposto nos n.ºs 4, 5 e 6 do artigo 57.º do CCP;
 - f) Que não cumpram o que resulta do disposto no número 2 do artigo 11.º do presente programa de procedimento;
 - g) Que violem o disposto no n.º 7 do artigo 59.º do CCP;
 - h) Cujo preço contratual seja superior ao preço base;
 - i) Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas nos termos do disposto no artigo 62.º do CCP;
 - j) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
 - k) Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto nas regras do presente programa de procedimento;
 - l) Cuja análise revele alguma das demais situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
3. Quando o mesmo Concorrente apresente mais de uma proposta, em violação do disposto no n.º 7 do artigo 59.º do CCP, o Júri deve também propor a exclusão de todas as propostas por ele apresentadas.

Artigo 18.º – Audiência prévia

1. Elaborado o relatório preliminar, o Júri do procedimento envia-o a todos os concorrentes ao abrigo do direito de audiência prévia para, querendo, se pronunciem por escrito através da plataforma, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
2. Em simultâneo serão disponibilizados a todos os concorrentes as informações e comunicações de qualquer natureza que estes tenham prestado, bem como as versões finais integrais das propostas apresentadas.

Artigo 19.º – Relatório final

Cumprido o disposto no artigo anterior, o Júri do procedimento elabora um relatório final fundamentado nos termos do disposto no artigo 148.º do CCP.

Artigo 20.º – Adjudicação

A adjudicação é o ato pelo qual o órgão competente para a decisão de contratar aceita a única proposta apresentada ou escolhe uma de entre as propostas apresentadas.

Artigo 21.º – Notificação da decisão de adjudicação

1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação exigidos no presente programa de procedimento e nos termos do disposto no artigo 81.º do CCP;
3. As notificações referidas nos números anteriores devem ser acompanhadas do relatório final de análise das propostas.

Artigo 22.º – Causas de não adjudicação

1. Não haverá lugar a adjudicação, extinguindo-se o procedimento, quando:
 - a) Nenhum candidato se haja apresentado ou nenhum concorrente haja apresentado proposta;
 - b) Todas as candidaturas ou todas as propostas tenham sido excluídas;
 - c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento, circunstâncias em que é obrigatório dar início a um novo procedimento no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da decisão de não adjudicação.

- d) Circunstâncias supervenientes relativas aos pressupostos da decisão de contratar o justifiquem.
- 2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, será notificada a todos os concorrentes.

Artigo 23.º – Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve submeter na plataforma eletrónica, no prazo 5 (cinco) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo I ao presente programa de procedimento e do qual faz parte integrante;
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
 - c) Comprovativo de IBAN;
 - d) Declaração do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE) nos termos da Portaria n.º 233/2018, de 21 de agosto.
2. Os documentos de habilitação devem ser apresentados em formato digital, através da plataforma eletrónica.
3. Na eventualidade de serem detetadas irregularidades nos documentos de habilitação apresentados, será concedido um prazo de 2 (dois) dias para a respetiva supressão.

Artigo 24.º – Caducidade da adjudicação

A adjudicação caduca nomeadamente se:

- a) Por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação, seguindo-se quanto ao mais o regime previsto nos n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 86.º e no artigo 87.º, todos do CCP;
- b) Por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não assinar o contrato, seguindo-se quanto ao mais o regime previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 105.º do CCP;

Artigo 25.º – Redução a escrito do contrato

1. O contrato a celebrar com o fornecedor selecionado será reduzido a escrito, no qual serão fixados os termos do contrato a celebrar.
2. Fazem sempre parte integrante do contrato, independentemente da sua redução a escrito:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c) O caderno de encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

Artigo 26.º – Aprovação e notificação da minuta do contrato

1. A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar e notificada ao adjudicatário em simultâneo com a decisão de adjudicação, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 22.º do presente programa de procedimento.
2. A minuta do contrato será notificada ao adjudicatário nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 100.º do CCP.

Artigo 27.º – Formalização do contrato

1. Depois de aprovada e notificada ao adjudicatário a minuta do contrato a celebrar, considera-se esta aceite quando haja declaração expressa nesse sentido ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.
2. O contrato será assinado eletronicamente, com recurso a assinatura digital qualificada, na competente plataforma de compras públicas.

Artigo 28.º – Encargos dos concorrentes e do adjudicatário

1. Constituem encargo dos concorrentes as despesas com a elaboração das respetivas propostas.
2. As despesas e encargos decorrentes da celebração do contrato são por conta do adjudicatário.

Artigo 29.º – Assinatura eletrónica

1. Todos os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem as candidaturas e as propostas, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
2. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um

documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.

3. A certidão permanente onde conste os poderes para representar a entidade interessada poderá consubstanciar o documento a que alude o número anterior

Artigo 30.º – Sigilo

Os concorrentes obrigam-se a garantir o sigilo, quer por si ou seus trabalhadores, quer por seus contratados, quanto a informações, documentos ou dados que venham a ter conhecimento ou acesso no âmbito do presente procedimento, mantendo-se tal obrigação mesmo após o seu termo.

Artigo 31.º – Legislação aplicável

Em tudo o que se revelar omissa no presente programa de procedimento, observar-se-á o disposto no CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com alterações, sendo as mais recentes as introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio.

Artigo 32.º – Contagem dos prazos

Todos os prazos previstos no presente programa de procedimento contam-se em dias úteis, com exceção do prazo de apresentação de propostas que se conta em dias seguidos.

ANEXO I

Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos

1 – ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 – O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Local e data: _____, ____/____/____

Assinatura do(s) representante(s) legal(ais) do concorrente (5)

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

ANEXO II

Modelo de declaração de aceitação de arbitragem institucionalizada

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), interessado(a) na aquisição de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara que a sua representada (2) aceita, nos termos do disposto no artigo 476.º do Código dos Contratos Públicos, submeter a resolução de qualquer litígio respeitante ao presente procedimento pré-contratual ao centro de arbitragem institucionalizado designado Centro de Arbitragem Administrativa, com sede na Avenida Duque de Loulé, n.º 72, 1050-091 Lisboa (www.caad.org.pt), nos termos dos respetivos regulamentos, designadamente quanto ao modo de constituição do tribunal e regime processual.

Local e data: _____, ____/____/____

Assinatura do(s) representante(s) legal(ais) do interessado(a) (3)

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(3) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

ANEXO III

Modelo de proposta de preço

Lotes	Condomínio de Aldeia	Custo por Condomínio	N.º de Condomínios	Valor total s/IVA	Valor total c/IVA
Lote 1					
	Valor total Lote 1				
Lote 2					
	Valor total Lote 2				
Lote 3					
	Valor total Lote 3				
Lote 4					
	Valor total Lote 4				

Anexo IV

Área geográfica dos Condomínio de Aldeia - Tâmega e Sousa

- Cartografia da área do projeto, [consulte aqui](#)